

Famopes quer opinar sobre a Região Metropolitana

A Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes) quer interferir no processo de criação da Região Metropolitana de Vitória antes que o projeto de lei complementar seja enviado à Assembléia Legislativa. Preocupada, a presidenta do Conselho Comunitário de Vila Velha, Maria Goreti Ferreira Celestino, mesmo sem convite, acompanhou ontem à tarde a reunião do grupo de técnicos, composto por membros indicados pelos prefeitos da Grande Vitória e pelo governador Albuíno Azeredo para redigir o texto preliminar a ser encaminhado mais tarde ao Legislativo propondo a institucionalização da região.

A redação prévia, feita pela comissão de procuradores e técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), não foi aprovada ontem na íntegra pela totalidade do grupo de trabalho designado pelos administradores públicos. Um novo encontro foi marcado para a próxima terça-feira, dia 22, às 9 horas, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) para que seja concluído o documento a ser entregue, no dia seguinte (23), ao

governador e aos cinco prefeitos, na sede da Prefeitura de Cariacica, às 9 horas.

Pressão

Maria Goreti disse que levaria suas impressões sobre a reunião do grupo de técnicos dos municípios e do Governo estadual para um encontro, ontem à noite, da Famopes. "A nossa preocupação é de que a discussão da Região Metropolitana se torne uma coisa mais complexa dentro da Assembléia Legislativa. Se deixarmos para acompanhar a questão mais tarde, poderemos ter uma análise atropelada, devido ao curto prazo previsto pelo governador para a matéria ser aprovada na Assembléia Legislativa até o final do próximo mês". Agora, um dos coordenadores do grupo de trabalho, o ex-secretário estadual da Agricultura Luiz Paulo Vellozo Lucas, vai sugerir aos dirigentes públicos um debate público do anteprojeto com a sociedade, no dia 23.

O texto preliminar da minuta ficou mais longo do que se esperava, reunindo 12 artigos em quatro laudas. Por recomendação do governador, foi proposto ontem que a Secretaria Estadual de Planeja-

mento e Ações Estratégicas (Seplae) representaria o Governo do Estado, ao lado dos cinco prefeitos, no Conselho Deliberativo Metropolitano a ser criado. O Governo também quer que o IJSN não acumule a função de secretaria executiva do colegiado com a de órgão técnico. Não ficou definido quem atuaria como secretaria executiva. A idéia ontem era criar um colegiado com esta finalidade. A inclusão do representante das câmaras municipais também não ficou decidida.

A secretária de Planejamento de Vila Velha, Irene Léia Bossóis, novamente polemizou em torno da criação de um fundo metropolitano para bancar os projetos comuns a serem desenvolvidos pelos municípios, não previsto no texto. Ao final, foi acertado que esta questão deve ser decidida pelos administradores públicos. Na minuta, este item será reescrito. A proposta é definir o montante de recurso necessário a cada projeto definido concretamente a ser rateado pelas prefeituras e pelo Governo. No caso, as verbas serão previstas nos orçamentos municipais e do Governo.

Foto de Helô Sant'Ana — 29/10/86



Irene causou polêmica na reunião quando propôs a criação do fundo